

Sumário

1 Princípios constitucionais como fundamento do Direito Eleitoral.....	15
1.1 Considerações preliminares	15
1.2 Proposta de classificação dos princípios constitucionais de Direito Eleitoral ¹⁸	18
1.3 Considerações finais	22
2 Princípios constitucionais fundamentais.....	25
2.1 Considerações preliminares.....	25
2.2 Princípio Democrático	25
2.3 Princípio Republicano.....	27
2.4 Princípio Federativo	28
2.5 Considerações finais	30
3 Princípios constitucionais da Administração Pública	31
3.1 Considerações preliminares.....	31
3.2 Princípio da Legalidade	32
3.3 Princípio da Impessoalidade.....	32
3.3 Princípio da Moralidade.....	34
3.3 Princípio da Publicidade	35
3.5 Princípio da Eficiência.....	36
3.6 A publicidade institucional	36
3.7 Os atos de improbidade administrativa.....	40
4 Aspectos gerais das condutas vedadas aos agentes públicos.....	41
4.1 A igualdade de oportunidades.....	41
4.2 Natureza das condutas vedadas aos agentes públicos	43
4.3 Destinatários das hipóteses (arts. 73 a 77 da Lei n ^o 9.504/97)	45

4.3.1 Candidato	46
4.3.2 Agente público	57
5 As condutas do art. 73.....	58
5.1 Art. 73, I: Ceder ou usar bens móveis ou imóveis da Administração Pública.....	59
5.2 Art. 73, II: excesso no uso de materiais e serviços custeados pelos Governos.....	71
5.3 Art. 73, III: ceder servidor público ou empregado público.....	75
5.4 Art. 73, IV: fazer ou permitir o uso promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social.....	81
5.5 Art. 73, V: nomeação, contratação, demissão e outros	95
5.6 Art. 73, VI, 'a': realizar transferência voluntária de recursos.....	101
5.7 Art. 73, VI, 'b': publicidade institucional	102
5.8 Art. 73, VI, 'c': pronunciamento em cadeia de rádio e televisão	121
5.9 Art. 73, VII: despesas excessivas com publicidade no ano da eleição.....	124
5.10 Art. 73, VIII: revisão geral da remuneração	127
6 Art. 74 – Abuso de autoridade, a infringência do § 1º do art. 37 da CF	131
7 Art. 75, shows artísticos pagos com recursos públicos.....	140
8 Art. 77: participar de inauguração de obras públicas.....	143
9 As conseqüências jurídicas	157
9.1 Sanções previstas	157
9.2 Aplicação proporcional das sanções	158
10 Aspectos processuais.....	161
10.1 Consideração preliminar:	161
10.2 Competência	161
10.3 Legitimidade:.....	164

10.4 Procedimento: aplicação do rito processual do art. 22 da LC nº 64/90	171
10.5 Execução da decisão	176
Bibliografia	200